

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.175 - SP (2019/0302027-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI
ADVOGADO : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI - SP253642
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PABLO JULIO REZENDE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PABLO JULIO REZENDE, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2162413-62.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 23/7/2019, por suposta infração aos arts. 33, *caput* e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende ser descabida a manutenção do cárcere com esteio na gravidade abstrata do delito, mostrando-se imperiosa a liberdade do paciente.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que lhe seja deferida a liberdade, revogando-se a custódia preventiva ou, subsidiariamente, sejam aplicadas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 21-22):

[...]

Com efeito, não se vislumbrou nesta instância o apontado constrangimento ilegal, porque a decisão (fls. 12/14) que firmou a necessidade da custódia preventiva reveste-se de fundamentação legítima, pautada pelos termos do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, com substrato nos indícios de autoria, prova da materialidade e na gravidade do crime, mormente porque, de acordo com o Termo de Depoimento do policial condutor do flagrante, Tiago Antonio dos Santos Viana, “Segundo consta, após cumprimento de mandado de busca domiciliar expedido por esta vara, nos autos do processo nº

Superior Tribunal de Justiça

1519976-41.2019.8.26.0037, os réus foram abordados na residência de propriedade de Pablo, ocasião em que fora apreendidas uma porção de maconha, de aproximadamente 60g, material de embalo de droga, aparelho de telefone celular, bem como a quantia de R\$ 177,00. Já residência de Fabrício, que morava perto dali, foi apreendido um tijolo de maconha e varias porções já separadas para venda, além de uma balança” (fls. 13).

Consta, ainda, da referida decisão, que "Ademais suas folhas de antecedentes são extensas. Necessária, pois, em especial para garantia da ordem pública, a manutenção da custódia cautelar do indiciado, o qual já deu mostras de apresentar personalidade voltada para a criminalidade" (fls. 14).

Tais motivos são plenamente aptos a justificar a prisão com vistas à garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da futura aplicação da lei penal.

Outrossim, é certo que a legislação atual permite a liberdade provisória inclusive para crime havido como hediondo.

No entanto, verificados indícios suficientes da materialidade e autoria, bem como que a liberdade do acusado põe em risco a ordem pública, pode comprometer a instrução criminal e a aplicação da lei penal, é mister que seja mantida a custódia cautelar.

Além disso, é cediço que a primariedade, os bons antecedentes, o emprego lícito e o domicílio certo são insuficientes à concessão da liberdade provisória do indivíduo (RT/TJSP 615/284 e 645/289).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

